



Ricardo Chaves/AF

Cosme Rocha mostra a capa da futura Constituição

Piauiense faz capa da Carta

BRASÍLIA — Cosme Coelho Rocha, um piauiense da cidade de Floriano, 39 anos de idade, radicado em Brasília desde 1961, viu afinal sua estrela brilhar quando soube que Ulysses Guimarães escolheu seu desenho para ilustrar a capa da edição oficial da nova carta. "Não ganhei nenhum prêmio, mas me senti muito feliz por dar uma contribuição pessoal a uma Constituição que abrirá nova vida no País", disse o desenhista, animado com a divulgação que será dada a seu nome.

Rocha participou de uma espécie de concurso interno, juntamente com outros nove desenhistas do Centro Gráfico

do Senado (Cegraf). Como esse órgão confeccionará todo o material impresso utilizado pela Constituinte — toneladas e toneladas de publicações —, a secretaria da Assembléia encomendou-lhe também a edição do texto final, a ser distribuída, na data da promulgação, a todos os constituintes, convidados, imprensa e autoridades. Das dez sugestões que recebeu, Ulysses Guimarães escolheu a de Rocha, "por sua simplicidade e por seu simbolismo". O desenho mostra a bandeira nacional em sentido vertical e cortada pouco depois do início do círculo, como se ela estivesse aparecendo, num movimento ascendente.

Aprovado o domicílio eleitoral

Comissão de Redação aplica às eleições deste ano a redução do prazo para 4 meses

BRASÍLIA — A Comissão de Redação diminuiu ontem de um ano para quatro meses o período mínimo de domicílio eleitoral para as próximas eleições no dia 15 de novembro. A norma já estava prevista no artigo quinto das Disposições Transitórias, mas devido à data da promulgação da Constituição, acabaria por se

tornar letra morta nas próximas eleições. Foi incluído ainda no texto das Disposições Transitórias um preceito que torna mais claro que os parentes e cônjuges do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos, que têm mandato parlamentar, só são elegíveis nas próximas eleições.

O artigo quinto das Disposições Transitórias afirmava que, para as próximas eleições, os candidatos precisam apenas de quatro meses de domicílio eleitoral, ao contrário do que dispõe a lei, que dá um

prazo mínimo de um ano. A concessão, porém, ficaria sem efeito, pois a Constituição será promulgada depois de esgotados os prazos de registro dos candidatos, que foram feitos de acordo com a lei, sem prever esse dispositivo. "Não fazia o menor sentido manter o dispositivo assim", explicou o senador José Fogaça (PMDB/RS). Uma emenda apresentada pelo deputado Ademir Andrade (PSB/PA) restabeleceu a possibilidade.

ELEGIBILIDADE

A questão da elegibilidade

de parentes e cônjuges do presidente, dos governadores e dos prefeitos também ficou mais clara. O parágrafo 5º do artigo 4º das Disposições Transitórias ressaltava a ineligibilidade os cônjuges e parentes com mandato eletivo. O parágrafo não dizia, porém, que o disposto só valia para as próximas eleições. "Era um dispositivo permanente nas Disposições Transitórias", explica Fogaça. Assim, foi incluído no início do parágrafo que o critério só vale "para as eleições de 15 de novembro de 1988".

Ulysses lança apelo para votar amanhã

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, começou ontem a mobilizar os 559 constituintes para estarem em Brasília amanhã, dia 22, data marcada para a votação final do texto da nova Constituição, em sessão prevista para começar às 9 horas. Ele pediu a todos os governadores de estado e lideranças partidárias que pressionem os parlamentares, pois não admitirá prorrogação de prazos ou atraso de qualquer espécie: "Não pode haver promulgação no dia 5 sem votação final, e não haverá votação final sem constituintes. Portanto, apelo para que venham", disse Ulysses após encerrar o primeiro período de trabalho da Comissão de Redação Final do Texto, às 13h30.

Por meio de acordo, Ulysses conseguiu evitar que a esquerda entrasse com um recurso para votação em separado e atrasasse a votação global do texto constitucional. Os deputados Haroldo Lima (PC do B-PE) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) estavam dispostos a solicitar recurso para o plenário votar a supressão, feita pela Comissão de Redação, das minas entre os bens da União.

SOLUÇÕES RÁPIDAS

Haroldo Lima acabou sendo convencido a fazer um texto de consenso, com a inclusão, após a palavra "jazidas" do texto, da expressão "em la-

vra ou não". Ficou assegurada à União a propriedade das jazidas exploradas também.

Outro ponto polêmico do texto foi resolvido ontem: os bancos e demais instituições financeiras poderão realizar atividades e prestar serviços além daqueles exclusivos do mercado financeiro bancário. "Ou nós optávamos pelo lobby bancário ou pelo lobby das empresas de turismo e das seguradoras", afirmou o relator adjunto da Constituinte, senador José Fogaça (PMDB-RS). Venceram as grandes instituições bancárias, como o Bradesco e o Itaú, que poderão continuar com suas redes hoteleiras e suas empresas de seguro ou capitalização, pelo menos até que seja votada a lei complementar sobre o sistema financeiro nacional.

Na sessão de ontem de manhã, a comissão apreciou apenas 51 emendas das 463 destacadas para votação. Mas, nas contas de Ulysses Guimarães e com base num trabalho de lideranças realizado também de manhã, esse total era bem menor: "Cem emendas estão prejudicadas. Eu as eliminei porque introduzem matéria nova, e muitos destaques são repetitivos, de modo que vamos concluir os trabalhos da Comissão de Redação hoje (ontem)", assegurou o presidente da Constituinte. Em suas previsões, nesta madrugada estariam concluídas as votações.



Ricardo Chaves/AF

Ulysses (D), com Passarinho: cem emendas prejudicadas

Comissão contesta opinião de Pertence

BRASÍLIA — Especialistas da Comissão de Redação da Constituinte contestaram ontem as declarações do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, para quem o mandato de injunção exige lei que o regulamente. Segundo eles, o mandato de injunção é auto-aplicável, não exige qualquer regulamentação e vigora no dia seguinte à promulgação da nova Constituição, sendo possível utilizar o mesmo procedimento para impedir o mandato de segurança.

Contra a posição de Pertence estão o senador Jarbas Passarinho, líder do PDS e

co-presidente da Comissão, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), consultor da Mesa da Constituinte em questões jurídicas, e Miguel Reale Júnior, assessor jurídico de Ulysses Guimarães.

"Estão querendo tirar o tapetão o que foi aprovado à luz do dia", afirma Fernando Henrique. O senador Jarbas Passarinho atribuiu todas essas reações aos direitos e garantias individuais e coletivos ao medo do que é novor. "Há um choque entre a inércia da tradição e os ventos renovadores".

Sarney também vai participar da festa

BRASÍLIA — O presidente José Sarney começou a preparar um pronunciamento que fará às vésperas da promulgação da nova Constituição, marcada para 5 de outubro, para dividir com o deputado Ulysses Guimarães os méritos da festa. Sarney está convencido, segundo uma fonte do Palácio do Planalto, de que Ulysses aproveitará o momento para dar arrancada à sua campanha rumo à Presidência da República, usando a Constituição como principal bandeira.

Com receio de ser injustiçado, o presidente prepara a sua reação, ressaltando que foi ele quem convocou a Constituinte e deu as condições para os partidos políticos, entidades de classe os cidadãos em geral, participarem das mudanças na lei maior do País. Sarney foi alertado que já se esboça um movimento, no esquema da campanha de Ulysses à Presidência, de fazer da

nova Carta o trampolim para o Palácio do Planalto.

Para o governo, isto já é visível nas declarações de Ulysses em apoio aos governadores que estão reclamando dos cortes de verbas aos Estados, previstos no orçamento da União enviado por Sarney ao Congresso Nacional. Segundo um ministro, "Ulysses escolheu o caminho mais fácil" ao jogar toda responsabilidade sobre o presidente. "Quando na verdade o governo está adaptando o orçamento à reforma tributária do texto constitucional". Sarney acha que a utilização da nova Carta para fins eleitorais frustrará a população, no futuro, quando ficar claro que a Constituição não é suficiente para resolver os graves problemas sociais e econômicos do País. Do esboço de pronunciamento, que já está discutindo com seus assessores, constam advertências de que a Carta é um patrimônio do povo e não dos partidos políticos.

Corrêa prevê falta de regulamentação

BELO HORIZONTE — A nova Carta não será jamais aplicada integralmente, seguindo o exemplo das Constituições de 1946 e 1969, que não chegaram a ser totalmente regulamentadas. A previsão foi feita ontem pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Oscar Correa, durante o II Fórum Jurídico Brasileiro. "A nova Constituição depende de 250 leis, 50 das quais complementares, e é impossível prever aquelas que não serão feitas", disse o ministro.

Oscar Correa recomendou que não haja ilusões a respeito da promulgação do novo texto constitucional. "pois sua simples entrada em vigor não vai mudar o Brasil da noite para o dia". Na opinião do presidente do TSE, os tribunais preencherão muitas lacunas deixadas pela nova Carta, aplicando princípios gerais de Direito.

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence — que também participou do encontro — de-

clarou que o Poder Judiciário necessitará de maior orçamento e investimentos, para dar conta das novas atribuições e exigências a que será submetido com a nova Constituição.

Pertence disse que nunca, na história das Constituições brasileiras, o Judiciário e o Ministério Público receberam tamanha demonstração de confiança e nem lhes foram feitas tantas exigências como na nova Carta. "Fazer dessa confiança e dessas exigências uma realidade será uma decisão política de investir nesses órgãos de preservação do Estado de Direito", ressaltou Sepúlveda.

O coordenador do encontro, o tributarista Ives Gandra da Silva Martins, analisou a nova Carta no contexto internacional. Para ele, enquanto os países da Europa vivem a experiência de integração, através da Comunidade Européia, "a Constituição brasileira se fecha para o mundo, criando dispositivos preconceituosos para o capital internacional".